

'Centrão' sem voto quer adiar Ordem Econômica

BRASÍLIA — Dificilmente a Constituinte terá quórum a partir de hoje, e o polêmico título da Ordem Econômica só deverá começar a ser votado na próxima terça-feira. Os líderes do *Centrão*, convencidos de que não terão condição de mobilizar todas as suas forças para as sessões marcadas para este fim de semana, decidiram esvaziar o plenário e forçar o adiamento da discussão.

Até agora não há acordos à vista em temas como definição de empresa nacional, nacionalização da mineração e da distribuição de derivados de petróleo, e reforma agrária, onde as posições do *Centrão* e o texto da Sistematização são conflitantes. Nos últimos dias, os partidos e grupos têm conversado entre si, mas as negociações estão nas preliminares.

"Na próxima semana, vamos votar o título que dará a cara da Constituição", definiu o deputado Antônio Britto, vice-líder do PMDB. "E tanto nós como eles", continuou, referindo-se ao *Centrão*, "temos pouco espaço para manobrar e recuar". Apesar disso, Britto acha indispensável buscar um entendimento: "Se o confronto for muito agudo, corremos o risco de, depois, a Constituição não ser respeitada por uma parcela da sociedade".

Proposta — Apesar de preparado para a guerra, o PMDB não renunciou à negociação. Anteontem à noite, na casa do senador Severo Gomes (SP), vários parlamentares especialistas em questões econômicas — como Virgildásio de Sena (BA), Ronaldo César Coelho (RJ), Marcos Lima (MG), Hélio Duque (PR), Fernando Gasparian (SP), Mauro Campos (MG) e Artur da Távola (RJ) — tentaram fechar propostas para serem levadas ao *Centrão*. À conversa, porém, prosperou pouco. Apenas um ponto foi debatido — a definição de empresa na-



Brasília — Wilson Pedrosa

Votação do item sobre orçamento não teve polêmica

cional. E mesmo assim, a reunião mostrou divergências inclusive entre os parlamentares do PMDB que seguem a liderança de Covas.

"A estrutura do texto do *Centrão* nesse ponto é melhor do que a da Sistematização", disse Ronaldo César, que acha preferível definir na Constituição incentivos à empresa nacional do que fixar critérios que, segundo ele, discriminam o capital estrangeiro. A maioria do PMDB, porém, não quer alterar substancialmente o texto da Sistematização.

Otimismo — O senador Severo Gomes está otimista com a possibilidade de acordos em vários pontos. Ontem de manhã, em seu gabinete, ele recebeu três negociadores do *Centrão* — Albano Franco (PMDB-SE), Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) e Afif Domingos (PL-SP). À noite, voltou a conversar com eles.

Nessas convesas, Severo levou algumas fórmulas preliminares, que pretende continuar vendendo ao *Centrão* e a seu próprio partido.

Uma delas prevê um abrandamento da definição de empresa nacional: ela não precisaria ter o capital votante e o controle acionário em caráter permanente, exclusivo e incondicional, na mão de brasileiros ou domiciliados no país, como prevê a Sistematização. Mas esses requisitos seriam necessários nos setores de tecnologia de ponta.

Quanto à reforma agrária, Severo acha que não há o que mexer no texto da Sistematização, fruto de amplo acordo. O *Centrão*, entretanto, faz questão de definir que terras produtivas não poderão ser desapropriadas para efeito de reforma agrária. Aí o impasse é total.

Impasse pode criar 'buraco negro'

O primeiro choque entre os dois lados pode ocorrer logo na abertura da discussão da Ordem Econômica. Pelo regimento, a emenda substitutiva global a todo o capítulo elaborada pelo *Centrão*, por ter recebido a assinatura da maioria absoluta dos constituintes, será votada em primeiro lugar. Se receber 280 votos no plenário, ficará como o texto-base, que será, em seguida, modificado pelas emendas a artigos e parágrafos. Caso contrário, será votado o texto da Sistematização, que também precisará de 280 votos para converter-se no texto-base. Se

ele tampouco for aprovado, ocorre o *buraco negro* — abre-se um prazo de 48 horas para que seja preparado novo projeto para o capítulo.

Até o momento, em todos os capítulos, o PMDB tem dado seus votos a emendas substitutivas do *Centrão*, adotando a estratégia de modificá-las ponto a ponto, depois. Tem evitado o choque frontal no conjunto, optando por uma sucessão de escaramuças. Desta vez, sua liderança está dividida. Uma parte quer forçar o *Centrão* a colocar 280 constituin-

tes em plenário logo no início do capítulo. Outra quer repetir o procedimento que vem dando certo.

Se essa última posição prevalecer, o PMDB tem nada menos de 15 pedidos de destaque de votação em separado — os DVS, no jargão da Constituinte. O DVS exige 280 votos tanto para emendar o dispositivo destacado quanto para mantê-lo e em nenhum outro capítulo o PMDB recorreu tanto a esse mecanismo regimental — um sintoma da importância do tema.

Evandro Teixeira

Congresso controlará Orçamento da União

A Constituinte decidiu que o Congresso terá controle sobre o Orçamento da União — que se subdivide em orçamento fiscal, orçamento das estatais e orçamento da Previdência Social —, abrindo a possibilidade para que os parlamentares definam a política de investimentos do Estado, eliminando ou criando programas a partir do remanejamento de recursos.

Pela Constituição em vigor, o governo é obrigado a enviar ao Congresso apenas o orçamento fiscal, que não pode ser alterado. Os parlamentares devem aprová-lo ou rejeitá-lo na totalidade. Fora do orçamento fiscal, o governo tem hoje total autonomia para aprovar gastos das estatais e da Previdência Social, e ainda para autorizar a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito.

A aprovação do orçamento unificado do governo pelo Congresso dependerá ainda de sua adequação a um plano plurianual de objetivos da administração pública, também previamente aprovado pelo Legislativo. Na ordem constitucional vigente, o Executivo elabora os planos sem consulta ao Legislativo.

Obra e recursos — "Ninguém poderá de uma hora para outra inventar uma ferrovia Norte-Sul", afirma o deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE). Pela futura Constituição, uma obra desse porte deverá constar do plano de governo votado pelo Congresso e ter os recursos necessários à execução previstos no orçamento, igualmente votado pelos parlamentares.

Para o deputado Benito Gama (PFL-BA), não há risco, como afirma o governo, de volta à situação do regime da Constituição de 1946, que permitia ao Congresso emendar o orçamento a ponto de desfigurar a proposta enviada pelo Executivo. Ele explicou que as normas votadas pela Constituinte limitam o poder do Congresso para realocar recursos do orçamento.

Além da lei do plano plurianual, o Congresso votará a lei de diretrizes orçamentárias, definindo metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, e a partir desta definirá o orçamento anual da União. As diretrizes orçamentárias deverão ser aprovadas no ano legislativo anterior a sua entrada em vigor e se isso não ocorrer, o projeto do Executivo estará automaticamente aprovado.

Comissão mista — A votação dos artigos sobre o orçamento, na sessão noturna de ontem, não provocou polêmicas. O único ponto controverso foi o parágrafo 1º do artigo 195, que determina a criação de uma comissão mista permanente de deputados e senadores, incumbida de examinar e emitir pareceres sobre o projeto orçamentário e sobre as emendas apresentadas pelos parlamentares.

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) fez, durante todo o dia, campanha contra o dispositivo, denunciando "o caráter discriminatório desta comissão, que por ser constitucional, transformará as demais comissões permanentes em comissões de segunda linha". Embora 384 constituintes tenham aprovado a criação da comissão mista, Gasparian não se deu por vencido. Anunciou que, no segundo turno de votação, apresentará emenda suprimindo o parágrafo 1º do artigo 195.

Gazeteiro pode perder mandato

Os constituintes *gazeteiros* vão perder o jeton — gratificação correspondente a cerca de um terço do salário integral (mais de Cz\$ 200 mil), criada para premiar os parlamentares que comparecem às sessões. Essa foi a decisão do presidente da Constituinte e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, e do presidente do Senado, Humberto Lucena, após reunião com o secretário-geral do Senado, Jutahy Magalhães.

Ulysses procurou Lucena para fazer uma consulta: caso adotasse medidas punitivas aos faltosos, com base no Regimento Interno da Câmara, o Senado faria o mesmo? Lucena respondeu que sim. Entre as punições em estudos figura a de perda de mandato para quem faltar a três sessões seguidas.